

Aprovada na 938ª sessão

ALADI/CR/Ata 936
8 de junho de 2006
Horário: 10h25m às 12h35m

ATA DA 936ª SESSÃO, ORDINÁRIA, DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 934ª sessão.
 4. Nono Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração. (ALADI/SEC/dt 470).
 5. Cronograma para o acompanhamento das atividades encomendadas pela Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração dos Países-Membros.
 6. Apresentação da Secretaria-Geral dos Estudos sobre salvaguardas e solução de controvérsias realizados no âmbito do projeto de cooperação como BID.
 7. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:
 - Sistemas de Informação e Estatísticas; e
 - Financiamento do Comércio.
 8. Assuntos diversos.
 - Esclarecimento do Governo Equatoriano com relação à caducidade do contrato com *Occidental Petroleum Corporation*.
 - Representação da Argentina distribui o Programa Nacional de Normalização de Documentação Migratória.
 - Relatório de viagens do Secretário-Geral.
-

Preside:

PERLA CARVALHO SOTO

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez, María Teresa Menacho Ríos e Carmiña Manrique Arduz (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Hadil Fontes de Rocha Vianna, Roberto Goidanich, Elói Ritter Filho e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil), Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi, Nancy Doria de Guggiari e María Inés Benítez Riera (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Perú), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Jorge Luis Jure (Uruguai), e María Lourdes Urbaneja, Luisa López Moreno e Julio Ramón Chirino (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet, Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTA. Colegas, iniciamos a sessão, ordinária, 936 deste Comitê.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...Em primeiro lugar, submeto à consideração dos senhores a Ordem do Dia.

Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em pauta.

...Passarei ao ponto 2, sobre Assuntos em pauta, para o qual cedo a palavra ao Secretário-Geral para informar sobre o tema.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. Procederemos conforme a prática solicitando, com sua vênha, à senhora Sofia Camacho que faça a sua apresentação.

“1. Representação do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota 032/06 de 29/05/06.

Informa que o Governo do Chile designou como Representante Permanente o Embaixador Eduardo Araya Alemparte, que chega ao país em 5 de junho.

2. Representação Permanente da Bolívia junto à ALADI. Nota Nº 26/06 de 30/05/06.

Comunica que, a partir da presente data, a Conselheira María Teresa Menacho Ríos e a Primeira Secretária Carmiña Manrique Arduz desempenharão funções na Representação.

3. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 121 de 23/05/06.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico do Brasil do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai - Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira) (AAP/A14TM/5.7)

- Trâmite: Foi publicado como documento ALADI/CR/ di 2257

4. Representação Permanente do México junto à ALADI. Nota Nº 039 de 19/05/06

Encaminha proposta para o Nono Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração.

- Trâmite: Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2224.4

5. Representação Permanente da Venezuela. Nota Nº II.2.U3.E1/REP 000949 de 25/05/06

Encaminha, em anexo, cópia da comunicação do senhor Ministro das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela, mediante a qual denuncia o Acordo de Complementação Econômica Nº 33 assinado entre a Colômbia, o México e a Venezuela.

Trâmite: Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2261.

6. Representação Permanente da Venezuela. Nota Nº II.2.U3.E1/REP 001020 de 30/05/06

Informa que participou da reunião convocada, nos dias 22 e 23 de maio na cidade de Buenos Aires do Grupo Ad hoc criado para negociar os prazos e as condições do processo de adesão ao MERCOSUL e envia, em anexo, texto aprovado por consenso de Protocolo de Adesão.

- Trâmite: Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2264

7. Contribuições recebidas para o Orçamento da Associação:

- Cuba: Pagamento de US\$ 13.280,27, contribuição de 2006

8. Convites recebidos:

- "Confederación Venezolana de Industrias" (Confederação Venezuelana das Indústrias) (CONINDUSTRIA). Nota de 05/05/06

Convida o Secretário-Geral para participar como conferencista do XXXVI Congresso Internacional de Conindustria 2006. "Venezuela: Integração e Desenvolvimento" a realizar-se em 26 de julho próximo na cidade de Caracas.

- Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Nota de 24/05/06

O Comitê de Coordenação Técnica convida para participar, como Observador, da Oitava Reunião de Coordenadores Nacionais da IIRSA, nos dias 29 e 30 de junho do presente ano, em Buenos Aires, Argentina.

- Câmara de Exportadores da República Argentina. Nota de 30/05/06

Convida o Secretário-Geral para participar como conferencista principal da Reunião do Conselho de Comércio Exterior do MERCOSUL (MERCOSUL), em 16 de agosto do presente ano.

- Organização dos Estados Americanos (OEA). Nota DER 129/06 de 31/05/06.

Convida o Secretário-Geral para um almoço de trabalho com os titulares dos Organismos Regionais que assistirão ao Trigésimo Período Ordinário de sessões da Assembléia Geral da OEA, que terá lugar na República Dominicana de 4 a 6 junho do presente ano.

- Comitê Jurídico Interamericano da OEA. Nota CJI/O/13/2006 de 30/05/06.

Convida para participar da sessão solene de comemoração do Centenário do Comitê Jurídico Interamericano da Organização de Estados Americanos, que terá lugar, em 16 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro, Brasil.

8. Ata da Trigésima Nona Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CFM/XXXIX/Ata).

9. Relatório Mensal sobre o comportamento do gasto orçamentário. Janeiro - abril 2006 (ALADI/SEC/di 1983).

10. Relatório da situação financeira da Associação em 30 de abril de 2006 (ALADI/SEC/di 1984).

11. Acompanhamento dos avanços das principais negociações internacionais (ALADI/SEC/di 1986).

12. Acordo de Cooperação entre a Secretaria da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) (ALADI/SEC/di 1987).

13. Anexo ao Memorando de entendimento entre as Secretarias da UNCTAD e da ALADI (ALADI/SEC/di 1988).

14. Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Avaliação do Funcionamento do Sistema de Pagamentos no ano 2005. (ALADI/SEC/di 1989).

15. Relatório da Presidência da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2265).

16. IX Seminário Jurídico Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração. Termos de Referência (ALADI/SEC/dt 470)."

SECRETARIA (Sofía Camacho). No documento de Assuntos em pauta que está nas pastas dos senhores Representantes, corresponde destacar uma Nota da Representação do Chile, na que informa que foi designado como Representante Permanente o Embaixador Eduardo Araya Alemparte. Comunica, ainda, a data de sua chegada em Montevideú.

A Representação da Bolívia, também, comunica a designação da Conselheira María Teresa Menacho Ríos e a Primeira Secretária Carmiña Manrique Arduz, que se desempenharão nessa Representação.

A Representação da Venezuela encaminha Nota com anexo de cópia da comunicação do senhor Ministro das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela, mediante a qual denuncia o Acordo de Complementação Econômica Nº 33 assinado entre a Colômbia, o México e a Venezuela. Esta Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 2261.

A Representação Permanente da Venezuela informa que participou da reunião convocada para os dias 22 e 23 de maio na cidade de Buenos Aires, de um Grupo Ad-hoc criado para negociar os prazos e as condições do processo de adesão ao MERCOSUL, e anexa o texto aprovado por consenso do Protocolo de Adesão.

Também cabe destacar as contribuições recebidas para o orçamento da Associação, de Cuba US\$ 13.280, 27 para 2006.

Nos documentos da pasta, destaca-se, ainda, a ata da Trigesima Nona Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários; o Relatório Mensal sobre comportamento do gasto orçamentário janeiro-abril 2006; o Relatório da situação financeira da Associação em 30 de abril de 2006; um Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração e o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado; e um Anexo ao Memorando de Entendimento assinado entre as Secretarias da UNCTAD e da ALADI.

Isso é tudo, Secretário-Geral, Presidenta. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, senhora Camacho.

Gostaria de destacar, também, que temos a designação de um novo Representante Permanente, o qual é uma boa notícia e desejar-lhes êxitos à nova Conselheira e Primeira Secretária da Bolívia que se incorporam hoje aos nossos trabalhos para enriquecer o nosso Comitê.

Também as boas notícias das contribuições recebidas da Representação de Cuba.

3. Consideração da ata correspondente à 934ª. sessão.

...Gostaria de continuar com o ponto 3 da nossa agenda que é a consideração da ata correspondente à sessão 934.

Não havendo observações sobre a mesma, aprova-se.

4. Nono Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração. (ALADI/SEC/dt 470).

...Passaríamos ao ponto 4, que está relacionado com o Nono Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração, para o que cedo a palavra à Representante Alternativa do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhora Presidenta. Lamentavelmente tenho que comunicar à senhora, às Representações dos demais países-membros e à Secretaria-Geral, que devido ao processo cumprido que nesta ocasião tomou a aprovação dos termos de referência, instância que resulta indispensável para iniciar a organização do Seminário sobre a Dimensão Jurídica da Integração, temos a necessidade de declinar nosso oferecimento de sede.

Em março deste ano, em uma sessão do Comitê, manifestamos nossa disposição para colaborar na organização deste evento, que deveria ter sido realizado no ano passado. Os responsáveis designados pelo México para a co-organização oportunamente indicaram e o manifestamos ao Grupo de Trabalho, que minimamente requeriam 4 meses para este projeto que visava reunir destacados juristas da região e de outros países para um exercício acadêmico de análise de um tema de atualidade e que tem mais importância na medida em que se estendem os acordos regionais.

Em suma, senhora Presidenta, não contamos com o tempo requerido, pelo que deixamos sem efeito nosso oferecimento de sede. Muito obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada à Representante Alternata do México. Considero concluído este tema.

5. Cronograma para o acompanhamento das atividades encomendadas pela Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração dos Países-Membros.

...Passarei ao seguinte tema da agenda, que é o Cronograma para o acompanhamento das atividades encomendadas pela Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração dos Países-Membros.

Antes de ceder a palavra ao Coordenador do Chile e depois aos senhores, sobre este tema, gostaria de fazer algumas considerações sobre a revisão distribuída ontem do cronograma para continuar nossos trabalhos.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer-lhes que a Presidência considera muito importante que o Comitê ou o Grupo trabalhe apenas com um documento de referência, e para isso durante as últimas duas semanas ou duas semanas e alguns dias, houve propostas, comentários e observações de vários Representantes sobre o projeto que distribuimos originalmente um par de semanas atrás.

O revisado 2 que foi distribuído levou em conta essas recomendações. As últimas, que foram incorporadas a este cronograma, estão em letra cursiva e também gostaria de que as Delegações tivessem muito claro que todas as decisões sobre o que estamos discutindo, o Espaço de Livre Comércio, são tomadas pelo Comitê. Todas passam pelo Comitê, todas contam com o apoio da Secretaria, pelo que gostaria de que não houvesse nenhuma dúvida de que se tentou conservar todos os elementos que compõem o relatório dos Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração.

Também gostaria de dizer que a Presidência considera muito importante que não haja incerteza quanto às datas e aos resultados das atividades que realizará o Comitê.

É muito importante ter um ponto de referência do possível, conforme opinião da Presidência, o que foi apresentado é realmente o mínimo denominador comum. Reduzir esse mínimo realmente é colocar-se metas que talvez, no começo, nos levariam a não ter resultados.

Devemos fazer um uso intensivo do nosso tempo para ter resultados e continuar com a seguinte etapa na próxima reunião de Altos Funcionários que está sendo proposta para agosto ou setembro.

Os trabalhos que realizemos durante o próximo exercício do Comitê e o trabalho da seguinte etapa serão fundamentais e a base para convocar um Conselho de Ministros que seja bem-sucedido. Não creio que possamos convocar um Conselho de Ministros se não temos um resultado para apresentar ao mesmo. Com o ânimo de que todos sejamos construtivos, de que tentemos dar passos para a frente, tem a palavra o Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas, que fará uma apresentação de como organizou seus trabalhos.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, senhora Presidenta. Seguindo as instruções emanadas da sessão 934 deste Comitê, a Coordenação do

Grupo de Trabalho apresentou ao Grupo, de forma preliminar, um rascunho do que poderia ser uma metodologia para avançar neste processo que não é simples de ser elaborado, mas queremos informar-lhe que já temos uma proposta definitiva para a consideração do Grupo de Trabalho onde, obviamente, gostaríamos que houvesse uma discussão sobre o método e independentemente disso, se o Comitê o considerar conveniente, estamos em condições de fazer uma apresentação a partir deste momento. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Creio que seria oportuno fazer a apresentação e depois oferecer às demais Representações a palavra para avançar nisso. Obrigada.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Senhora Presidenta, para esse fim, temos preparado todo o desenvolvimento desta metodologia em um *powerpoint* que nos facilitaria a apresentação da mesma. Não sei se nesta oportunidade pode nos facilitar a infra-estrutura mínima para pôr o *video-vin*, mas estamos em condições de fazê-lo. Portanto, se os senhores estiverem de acordo, podemos gastar 5 minutos em pôr o aparelho e o fazemos. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada. Peço à Secretaria que o faça.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigada, senhora Presidenta. Neste momento estamos em condições de distribuir o documento de apoio da apresentação que se fará. Peço à minha colega Nuñez que a exponha, sem deixar de dizer algumas palavras.

Esta metodologia tem considerado as diferentes disciplinas, independentemente do que possa resolver o Comitê no futuro, porque não é mais do que uma metodologia de trabalho, a qual nos permite tratar, de uma disciplina, várias que possam ser incorporadas no Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas. Não é um modelo excludente, é muito flexível, considera diferentes pontos de operação quanto à consideração dos foros virtuais, nos quais podemos fazer cortes, podemos fazer publicações, podemos fazer resumos dos próprios foros para que as diferentes Delegações não necessariamente tenham que estar ligadas permanentemente ao foro.

Nesse sentido, procuramos que seja muito flexível, de baixo custo de operação, requererá horas-homem dos funcionários da Secretaria e em algumas oportunidades, caso necessário, e se o Comitê o considerar conveniente, uma reunião presencial.

Até a presente data as reuniões presenciais foram sem custo para a Secretaria, devido ao interesse dos países em participar, particularmente, na certificação digital e assinatura digital que são os temas que estamos tratando neste momento mediante o foro do outro Grupo de Trabalho que coordena a Representação do Chile.

Após esta explicação de caráter geral, peço à minha colega Nuñez que dê a explicação correspondente.

Representação do CHILE (Hernán Nuñez Montenegro). Muito obrigado, Presidenta. Muito obrigado, colega Quina.

Esta proposta metodológica de trabalho tem alguns antecedentes, os de caráter geral que são a Resolução 59 (XIII) conhecida por todos nós e a Resolução 292 de 12 de maio que cria o Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas; e antecedentes

específicos que é o Relatório da Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração realizada em maio passado e o cronograma preliminar que estamos analisando nesta reunião de atividades recomendadas pela reunião de Altos Funcionários.

Tendo em vista esses antecedentes, podemos ver que a reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração em sua reunião de maio priorizou alguns temas que são 7: acesso a mercados, regras de origem, salvaguardas, solução de controvérsias, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas e cooperação e facilitação aduaneira. Disseram-nos que esses são os temas nos que devemos colocar o nosso esforço.

As orientações gerais do Grupo de Trabalho poderiam ser: o primeiro ponto para nós é muito importante, é uma permanente retroalimentação com o Comitê de Representantes. O Grupo de Trabalho estará em permanente coordenação com o Comitê para avançar nas suas tarefas.

A segunda idéia forte é o início de todos os trabalhos de maneira simultânea, iniciaremos os trabalhos de maneira simultânea, o que não implica que o desenvolvimento seja em paralelo, mas é o início e depois veremos como se desenvolve cada tema conforme a complexidade que cada um deles represente.

Consideramos fundamental a autorização da base documental elaborada pelo Grupo em seus trabalhos prévios. Como todos sabemos, o Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas no ano passado teve um trabalho importante que foi refletido na emissão de vários documentos apresentados –inclusive em formato magnético- no final do ano passado; e alguns países enviaram comentários sobre as propostas entregues nessa oportunidade.

A outra idéia é a utilização das facilidades tecnológicas para trocar opiniões por meio de foros virtuais e finalmente, temos a possibilidade das convocatórias do Comitê de Representantes para as reuniões de Especialistas Governamentais que sejam consideradas adequadas. Podemos ver esta idéia geral de forma mais esquemática, temos o Comitê de Representantes, dependendo dele obviamente o Grupo de Normas e Disciplinas, nas que serão criadas as áreas temáticas que sejam encomendadas conforme o que for resolvido e que nestes momentos colocamos os sete temas que estavam identificados pela reunião dos Altos Funcionários.

Apresentamos somente o tema de origem, como exemplo, faremos o mesmo em cada um dos temas nos quais se outorge o mandado ao Grupo.

A idéia é que primeiro tem que haver uma definição da documentação de base que se utilizará. Essa documentação de base permitirá o início dos trabalhos e essa definição se faz mediante o Grupo de Normas, que está em constante comunicação e retroalimentação como Comitê de Representantes.

Temos no exemplo da documentação de base para o tema de normas de origem, a Resolução 252; os documentos de trabalho, o dt 1 emitido pelo Grupo nos trabalhos do ano passado e a informação complementar considerada oportuna: resoluções, estudos, resultados de consultorias, etc. Tudo isso representará a documentação de base para abordar esse tema específico.

Se voltarmos ao esquema, vemos que o passo seguinte é com esta documentação convocar um foro virtual, o qual será uma instância de troca de opiniões, que permitirá que o tema amadureça para chegar em algum momento, por exemplo, aí temos na tela o foro virtual atualmente no tema certificação de origem. O foro virtual significa que mediante um problema apresentado há uma troca de opiniões entre os diversos atores inscritos nele, é um foro fechado, inscrevem-se as Representações, o que permite que todos os responsáveis troquem opiniões, permite que os temas amadureçam, permite que sejam identificados os pontos em comum como possíveis divergências.

Depois que tenha sido realizado o foro virtual e tenha cumprido seu ciclo – o qual implica que normalmente tenham um início, um desenvolvimento e vão se aquietando- há um relatório do foro que é preparado pela Secretaria-Geral e apresentado mediante o Grupo ao Comitê de Representantes. Nessa instância, o Comitê de Representantes tem que definir qual é o próximo passo, se o tema está pronto, se poderia convocar a seguinte instância que seria uma reunião presencial de Especialistas Governamentais.

Reitero que em cada um desses movimentos há uma relação direta entre cada passo com o Grupo de Trabalho e este com o Comitê. A reunião presencial de Especialistas convocada pelo Comitê de Representantes visa analisar as diferenças emanadas do foro e apresentar um relatório ao Comitê de Representantes, para que este, depois de toda a trajetória, possa decidir qual dos cursos de ação possam ser realizados.

Essa metodologia seria aplicada em cada um dos temas incorporados ou indicados ao Grupo e, depois de tudo isto, o Grupo de Normas e Disciplinas teria um relatório final que vai ao Comitê, no qual obviamente serão demonstrados os graus de desenvolvimento que em cada um desses tiveram durante o tempo de desenvolvimento, tanto o foro virtual como as eventuais reuniões presenciais.

Queremos que fique muito claro que essa é uma metodologia que considera os diferentes níveis, tanto do Grupo como do Comitê de Representantes e que se baseia em que há uma relação, uma comunicação, uma retroalimentação permanente entre cada uma das atividades do Grupo e as do Grupo com o Comitê. Há um fluxo duplo de informação, o que significa que essa retroalimentação é parte importante e fundamental do processo.

Em síntese, essa seria a metodologia de trabalho proposta pelo Grupo para sua consideração. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Agradeço muito ao nosso Coordenador do Grupo e à sua Delegação por esta excelente apresentação sobre a metodologia de trabalho que seria aplicada para continuar nossos trabalhos sobre o acompanhamento das atividades recomendadas pela reunião de Altos Funcionários.

Com esses elementos cederia a palavra para comentários.

Não há comentários, portanto, dou por finalizado este tema... Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Leonardo Carrión Eguiguren). Obrigado, senhora Presidenta. Gostaria de felicitar o trabalho da Delegação do Chile que é muito interessante e creio que será um instrumento muito importante para continuar.

Apenas uma pequena observação. Que nos temas gerais e em todos os assuntos tratados seja levada em conta a Resolução 61 (XIII), do Conselho de Ministros, que estabelece o tema das assimetrias dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo. Creio que é um elemento que deve estar permanente na documentação, tanto na geral como na exposição, elementos e assuntos tratados em cada um dos temas. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador do Equador. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, Presidenta.

De todas formas, gostaríamos de parabenizar a Presidência, gostaríamos de parabenizar a Representação do Chile como Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas, por esta metodologia que nos apresentou e ficamos com uma dúvida. Nos últimos dias e o senhor deu uma explicação de que foi se trabalhando por aproximação, mas digamos, atualmente tenho 4 versões do cronograma preliminar.

Como foram menos de 24 horas que recebi a última apresentada pela Presidência, afortunadamente não a remeti à minha capital, porque considerava que teria que esperar esta reunião, para ver que decisão tomará o Comitê sobre como serão organizados os trabalhos gerais.

Considero muito boa a metodologia apresentada pelo Chile, que o Grupo de Trabalho já tinha adiantado algo no Grupo de Trabalho e a vejo como parte inserta de um cronograma que no final temos que fazer neste Comitê para apresentar às nossas capitais para ver o caminho geral e político que levaremos adiante, ou seja, creio que com a intervenção, a preparação e a metodologia que o Chile nos apresentou, temos como operaremos, mas não temos ainda o panorama geral, a organização geral, porque também estão incluídas outras coisas de mais níveis como eventuais reuniões de Grupos de Especialistas, uma reunião de Altos Funcionários, documentos que devem ser emitidos, quais serão esses documentos.

Dou os parabéns à Presidência, à Representação da Argentina em nome do MERCOSUL, à Delegação do Brasil, a todas as Representações que de alguma forma apresentaram os cronogramas, mas peço, e creio que não vamos resolvê-lo hoje, que tomemos os cronogramas que temos, que vamos ao Grupo de Alternos e aí definamos, porque creio que praticamente esse cronograma está –não para definir hoje, aqui em uma reunião de Comitê- mas praticamente os elementos estão para que a Reunião de Alternos tome as últimas precisões e apresentar esse cronograma no próximo Comitê que se realize na quinta-feira e possamos, finalmente, dizer à nossa capital, temos um cronograma de trabalho para organizar todas as atividades para o futuro, além disto, o tempo continua correndo e vamos ficando para trás. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, prezado Representante de Cuba. A intenção é que este revisado 2 seja o cronograma de trabalho, e sobre ele se trabalhe eventualmente.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta.

Em primeiro lugar, quero agradecer o esforço da Delegação que coordena o Grupo de Trabalho, a Delegação do Chile; creio que é um trabalho muito valioso e útil. Creio que é uma metodologia que para alguns temas pode ser útil, não sei se para todos. Nessa matéria, também compartilhamos as precisões que acaba de fazer a Representação de Cuba no sentido de que ainda temos que debater alguns temas e, como exemplo, gostaria de assinalar o seguinte.

No papel originalmente distribuído pela Presidência, o tema acesso a mercados será derivado ao Grupo de Normas e Disciplinas. Cremos que o tema acesso a mercados é de uma amplitude que não vai para Normas e Disciplinas que tem temas específicos, salvaguardas, origem, etc. e no documento que distribuimos, proposta do MERCOSUL, sugerimos que esse tema fosse analisado na Reunião de Alternos, isto é, que haja uma reunião específica para esse tema, digo isto porque inclusive na apresentação que acabamos de ter o tema acesso a mercados está como se permanecesse dentro do Grupo de Normas e Disciplinas, que cremos que não deve ser assim.

Com esta introdução geral, Presidenta, depois no momento que o senhor considerar oportuno, gostaríamos de manifestar os fundamentos do documento apresentado pelo MERCOSUL, porque algumas coisas colocamos, algumas coisas tiramos, porque o fizemos desta maneira, porque às vezes um papel não pode refletir as razões ou as causas pelas que elaboramos uma proposta, portanto, se considerasse oportuno, daríamos depois uma explicação de por que estruturamos o cronograma sobre a base que o mandamos. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador.

No revisado 2, Embaixador, está propondo que seja a reunião de Alternos, precisamente que veja acesso a mercados, de modo que isso está devidamente considerado, se o senhor vê a última versão, efetivamente os temas, pois, alguns serão tratados de uma maneira e outros de outra, como eu disse e como disse também nosso colega do Chile, têm diferentes graus, a metodologia será aplicada na medida que seja possível, avançaremos sempre com o guia do Comitê de Representantes, sempre com o guia e a ajuda dos Especialistas.

Quanto às propostas do MERCOSUL, no começo mencionei que considerava muito importante, e quero reiterá-lo, que haja somente um documento e não usemos mais tempo do que o necessário.

Este é um documento, esta proposta de cronograma é um ponto de referência e eu disse que não tínhamos que ser ambiciosos, porque realmente não creio que este cronograma, este revisado 2 seja ambicioso, como eu disse, creio que é o mínimo que poderíamos ter para ver resultados, sem datas provisórias em um documento não poderemos chegar a uma conclusão. Creio que tivemos a experiência, se não fizermos assim não poderemos avançar, realmente temos pouco tempo de aqui a que

eventualmente pudesse realizar-se um Conselho de Ministros. Antes dessa instância, como foi dito na reunião de Altos Funcionários, será necessária uma segunda reunião de Alto Nível que seria indispensável para convocar uma reunião de Ministros. Nessa instância ver o que fazer, porque nós faríamos a convocatória.

Tendo dito isso, cedo a palavra ao Representante Permanente do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, Presidenta. Meus parabéns e o agradecimento à Representação do Chile por um esquema de trabalho com o qual coincido de forma total. Agradeço muito a contribuição dos senhores ao tema.

De todas formas, gostaria de assinalar que, como norma, sempre me opus aos corpetes de qualquer tipo, nada que fixe prazos rígidos dos quais no futuro nos arrependiremos e por isso tendo escutado a opinião de muitos dos meus colegas com relação ao que é confiar determinadas tarefas sobre a matéria a nossos Alternos, eu preferiria tentar convencer-nos da bondade de que o Comitê de Representantes lavre uma carta de autonomia a cada um dos Grupos de Trabalho, para que eles possam fazer esta análise prévio e determinar seus próprios tempos e depois que tenham feito vir ao Comitê de Representantes para a bênção final, podemos chamar-lhe dessa forma, porque se tentamos que o Grupo de Alternos comece a manejar integralmente toda a problemática não chegaremos a término e em bom rumo como todos desejamos.

Na Representação Permanente do Peru estamos plenamente conscientes de que há temas que são, obviamente, muito mais complexos do que outros e embora todos tenhamos em mente esse *deadline* que seria o Conselho de Ministros, também reconhecemos que em alguns itens provavelmente será impossível chegar a bom término antes deste evento, mas tudo aquilo que contribua para o avanço seria bem-vindo.

Por isso, insisto na necessidade de dar autonomia, utilizar um termo que defina da melhor maneira possível o que estou propondo aos diferentes Grupos de Trabalho para que eles, depois do estudo que elaborem, tal como fez a Representação do Chile de forma bem-sucedida, possam informar-nos como enfocam isto, como vêem os assuntos correspondentes, obviamente e em que prazos teóricos poderiam ser culminadas de forma bem-sucedida as encomendas. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixador. Muito obrigada por ser construtiva e flexível. Creio que tem razão. Sim, os Grupos de Trabalho deveriam ter sua autonomia para ver quais seriam esses prazos teóricos. Creio que tem razão, apresentarei uma proposta, enquanto isso, cedo a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigada, Presidenta.

Em primeiro lugar, reconhecer o Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas que fez esse esforço de sistematizar o modelo no qual temos trabalhado, e imagino que esse Grupo, este modelo, esta metodologia deverá ser um insumo para o cronograma de trabalho, que indubitavelmente terá outra velocidade e outros tempos e onde, na proposta de cronograma para acompanhamento das atividades recomendadas pela reunião de Altos Funcionários teremos que ver.

Creio que o que estamos falando agora deve-se provavelmente a que tivesse sido melhor ver primeiro o cronograma para inserir e olhar melhor a proposta, porque quando o vemos -e creio que a Representação do Chile assim o entendeu- e vemos o peso que inicialmente tinha o Grupo de Normas e Disciplinas para assumir o cronograma é impossível, por isso é que nessa proposta, junto com a proposta que vinha fazendo a I Presidência, propusemos um tema muito importante e que tem muito peso na responsabilidade que tem, que é o tema de acesso a mercados.

Portanto, gostaria de assinalar que esta discussão vale mais para a discussão do cronograma, a discussão de como fazer e onde indubitavelmente teremos que multiplicar-nos entre os Alternos com responsabilidades específicas nos Grupos de Trabalho, porque os Grupos de Trabalho têm responsabilidades específicas em cada uma das recomendações e os temas dados pelos Altos Funcionários, pelo que eu sugeriria passarmos ao tema do cronograma, porque devemos discuti-lo e alcançar algum acordo porque, do contrário, os tempos são cada vez menores. Creio que é necessário, como dizia o Representante de Cuba, que nós pudéssemos ter já as pautas para o início ou a continuação mas esta vez com as recomendações que temos e com o marco que nos deixou a reunião de Altos Funcionários para que possamos ver se cumprimos, no tempo que temos, essa agenda tão importante.

Nesse sentido, a recomendação de Cuba de que pudéssemos avançar hoje para ter o cronograma, já ou pelo menos algo mais próximo ao esquema de trabalho que teremos e fazer esta discussão no âmbito do cronograma, há alguns pontos sobre os que gostaríamos de opinar no momento de discutir a proposta de cronograma para as atividades a serem desenvolvidos e depois o Embaixador Carrión uma recomendação que também apenas vou tomá-la, porque a discutimos no âmbito do cronograma, que creio que foi uma diretriz também no sentido de ver o tema dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo como uma situação que deve envolver, estar aí em todos os temas, em todas as atividades, isto é, em todos os grandes itens para pensar o Espaço de Livre Comércio temos que pensar nos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo porque, do contrário, será difícil que possamos pensar nesse processo de integração.

Portanto, posteriormente gostaria de voltar a esses dois temas. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixadora. A idéia é que estamos trabalhando sobre o cronograma e a metodologia para aplicar este cronograma, pelo que se o senhor quiser fazer suas observações ao cronograma dou-lhe a palavra.

Se a Embaixadora me permitir, enquanto isso, cedo a palavra à Representação do Chile e se o senhor desejar, dou-lhe a palavra novamente.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, senhora Presidenta. Como Coordenador do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas, é fundamental para nós ter um horizonte definido em termos de um calendário, mas isso não significa que não possamos continuar trabalhando nas matérias designadas, em definitiva, mas requeremos primeiro, de algumas definições importantes, quais serão as matérias que tratará o Grupo de Normas e Disciplinas, e o calendário que acorde o Comitê. São dois fatos essenciais para iniciar com força os trabalhos.

Consideramos agora que os insumos que serão entregues pela Secretaria-Geral, elaborados por dois prestigiosos consultores enriquecerão os documentos que já

temos na matéria. Sabemos que os documentos da Secretaria serviram como insumos também para esses estudos e cremos que estamos prontos para acrisolar um material substantivo nestas disciplinas tão importantes para o desenvolvimento do comércio dos nossos países.

O tema das assimetrias, assinalado pelo Embaixador do Equador, sempre o consideramos uma atividade que abrange horizontalmente todos os trabalhos da Secretaria. Às vezes não o mencionamos mas pelo menos eu o considero assim.

Insisto na necessidade de que nos definam claramente quais as temáticas que abordaremos e as datas definitivas. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação do Chile. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Com espírito construtivo que a senhora nos transmitiu desde o primeiro dia de seu mandato, gostaria de propor o seguinte:

O cronograma tem diferentes elementos para serem discutidos, há coisas que são relativamente fáceis de serem definidas hoje, por exemplo, a solicitação do que está perguntando o Chile, todos os temas que já estão destinados ao Grupo de Normas e Disciplinas e se olharmos no calendário, para o Grupo de Trabalho está fixado em meses de junho e julho. Ainda temos para debater coisas posteriores, portanto, podemos dizer, senhores de Normas e Disciplinas, que os senhores têm a tarefa encomendada no revisado 2 que já foi tirado o tema de acesso a mercados que vai à Reunião de Alternos, e têm para trabalhar nessa matéria os meses de junho e julho, com a metodologia que os senhores propuseram e que consideramos aceitável para Normas e Disciplinas.

Quanto a acesso a mercados, esperamos que se reúna o Grupo, que é dirigido pela Representação do México para que, com base nas conversações, reuniões, mais os documentos apresentados, faça uma proposta, e ficariam pendentes os temas relacionados aos PMDERs, que há alguns delineamentos já gerais e a sociedade civil que está mais ou menos encaminhado no Grupo de Forças Produtivas.

Com isso, Presidenta, creio que hoje podemos sair com uma linha de trabalho clara, não abundar em discussões sobre como continua depois o filme porque temos tempo para saber como continua, digamos, não estou dizendo que o posterguemos *sine die*, o que estou dizendo é tratá-lo na próxima reunião do Comitê, mas hoje devemos sair com um delineamento claro para os Grupos de Trabalho que são, em definitiva, os que têm que nos dar os insumos e que também são os que têm que discutir os documentos hoje apresentados pela Secretaria.

Creio que essa é uma contribuição construtiva, porque podemos terminar rapidamente a reunião de hoje, os Grupos de Trabalho devem ir com instruções claras, tanto o Grupo de Normas e Disciplinas como o de Alternos e deixar os outros elementos que estão no ar e que talvez tenhamos alguma divergência para a próxima reunião de Comitê. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, Presidenta.

Creio que a solução construtiva apresentada pela Delegação argentina permite avançar e recolher as preocupações nossas, desta reunião do Comitê pode sair, perfeitamente a orientação que durante os meses de junho e julho, tal como dizia, o Grupo de Normas e Disciplinas pode trabalhar sobre a base da metodologia apresentada. Estamos de acordo com que isso pode ser e talvez não dedicar-nos a elaborar um documento completo e simplesmente nossa intervenção tinha o motivo de organizar como ficaríamos e em segundo lugar de começar a trabalhar, porque os tempos acabam. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação de Cuba.

Sim, não tenho dúvida de que devemos começar porque o tempo é muito pouco e sim, efetivamente podemos começar sobre vários temas, deixamos nossa proposta de cronograma, começa a Reunião de Alternos, começa o Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas e na próxima reunião do Comitê, quando for necessário, faremos ajustes, se estão de acordo.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhora Presidenta. Eu tinha pedido a palavra para manifestar nossa concordância com o que foi sugerido pela Argentina e apoiado por Cuba.

Parece que é um caminho que já nos permite avançar e minha Delegação tem algumas questões específicas sobre um eventual cronograma mas também insisto, não devemos talvez aferrar-nos a um cronograma como se fosse uma Resolução do Conselho de Ministros. Isto é preliminar e será sempre indicativa, pode ser mudada pelo Comitê, é apenas um cronograma, nada mais do que isso.

Portanto, creio que com a sugestão do Embaixador Olima poderíamos passar imediatamente os temas dos Grupos, que comecem a trabalhar e podemos discutir as seguintes com calma no Comitê, sem prejudicar o avanço dos trabalhos. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Creio que ter um panorama de curto prazo, - porque eu o considero de muito curto prazo, dois meses- é fundamental e considero muito bom que tenhamos como referência o cronograma e que continuemos avançando nos temas.

Sem a intenção de que o cronograma seja, como dizia o Embaixador do Peru, uma camisa-de-força, mas sim tendo, como pedia o nosso Coordenador de Normas e Disciplinas, uma meta clara onde queremos chegar.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigada. Creio Presidenta que com as mencionadas sugestões, fica claro que hoje saímos com acordos desta proposta de cronograma que, como todo cronograma, tem flexibilidades.

Creio que temos a data que não variará, é a que decidamos, refiro-me ao cronograma que é flexível no sentido de que entre maio, junho, julho são os trabalhos dos Grupos porque devemos ter materiais para essa data, refiro-me a essa flexibilidade, não tenho que dizer aqui o tanto de maio, o tanto de julho, se não temos como os laços entre o que estamos andando, já junho e julho, restam esses dois meses mais ou menos e as atividades posteriores, além dos Grupos de Trabalho, pois o decidiremos aqui, mas hoje já deveríamos aprovar esta parte do cronograma e as indicações dos Grupos, Normas e Disciplinas, o Grupo dos PMDERs está preparado também, apresentaremos as atividades fundamentais para chegar ao plano de ação. Isto é, que hoje saíssemos todos com o acordo que temos este plano inicial, estas orientações do cronograma aqui colocadas e sobre as quais coincidimos e onde já cada Grupo tem mais ou menos as orientações como assinalava o Embaixador Olima, que estão aqui colocadas e deixamos para depois.

la dizer no começo que há uma data que sim temos -que é o Conselho de Ministros- que provavelmente será em outubro, e é para isso que estamos trabalhando, então, é até setembro, e nesse sentido, o cronograma são orientações indicativas de lapsos para trabalhar e orientações para o trabalho que são as que recebemos nestas conversações e que teve seu ponto máximo na reunião de Altos Funcionarios. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixadora. Sim, é assim, creio que como se está perfilando, ter este cronograma como referência, a metodologia do Chile como ferramenta e já será dito em andamento o que se pode e o que não se pode.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidenta. Muito breve, gostaria de agradecer os dois trabalhos apresentados pela Secretaria-Geral e o trabalho muito imaginativo e muito sugestivo da Representação do Chile sobre a metodologia de trabalho.

O Coordenador do Grupo pedia especificamente duas coisas, a definição da temática e as datas. Creio que hoje saímos com as duas coisas, está definida a temática do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas e o que ficaria fora seria a parte de acesso a mercados mediante a Reunião de Alternos.

Isso soluciona a primeira dúvida, a segunda dúvida tem a ver com as datas, creio que estamos solucionando-a parcialmente mas para começar a trabalhar, considero o mais importante de tudo, porque se olharmos rapidamente, como o cronograma revisado, comparando-o com o do MERCOSUL, por exemplo, todas as datas de começo são as mesmas e estão totalmente definidas, quer dizer que o que ficaria depois é alguma diferença que no caso do MERCOSUL considera-se que isso tem que se determinar, conforme os avanços, na outra proposta está definida a data, mas sabemos que temos que começar e temos a data de quando, então, isso nos permite irmos contentes de que cumprimos com a bandeira de largada que é o que importa, e como temos clara a data final de outubro, será fácil, digamos, tenho certeza de que alguma das atividades que cujas datas de realização determinaremos serão coincidentes com algumas das indicadas no outro projeto de cronograma.

Alcançamos uma boa solução, temos tudo para começar a trabalhar, que é o que importa, e tentar cumprir as metas que propusemos. Muito obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador, pelos seus construtivos comentários. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhora Presidenta. Em princípio, também gostaria de aderir ao reconhecimento pelo trabalho da Representação do Chile, creio que é uma importante contribuição e também queria, no mesmo caminho manifestado pela Argentina, ser construtivo no avanço e gostaríamos nesse sentido de fazer uma proposta ao revisado 2, na página 5, da proposta de cronograma referente ao apoio aos PMDERs.

Há uma frase na que consta: considerar a adequada aplicação do princípio do tratamento especial e diferenciado nos componentes do Espaço de Livre Comércio. Sobre este ponto gostaríamos de que fossem incluídas neste cronograma algumas atividades que temos acordado com a Representações do Paraguai e do Equador, com o apoio da Secretaria, gostaríamos de sugerir duas atividades.

Uma seria que a Secretaria-Geral apresentasse ao Grupo de Trabalho um documento no qual seja identificado o tratamento especial e diferenciado nos diferentes acordos. Isso estaria com uma data provisória para junho e o resultante seria um documento no qual seja identificado o tratamento especial e diferenciado em favor dos PMDERs nos diferentes acordos.

A outra atividade seria que o tratamento especial e diferenciado deverá ser objeto de tratamento em todos os Grupos de Trabalho, particularmente no Grupo Normas e Disciplinas. Seria conveniente determinar uma data, dependendo do cronograma que tiver o Grupo e o documento resultante poderia ser: propostas de mecanismos e ações que façam efetivo o tratamento diferenciado nos temas abordados pelos Grupos de Trabalho.

Esta sugestão é para uma avanço a mais neste Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. Sobre suas propostas muito específicas, quero dizer que na coluna de objetivos, colocamos o que está literal no relatório dos funcionários de Alto Nível e que creio que todos tomaram nota, -a Secretaria incluída- destas duas propostas do senhor e que no Grupo de Trabalho de PMDERs serão consideradas, aqui está a Coordenadora que tomou nota sobre isso, já o Coordenador de Normas e Disciplinas nos disse que ele considerou esta questão na sua metodologia de trabalho.

Tenho na lista de oradores a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidenta, simplesmente para esclarecer, porque às vezes nas palestras surge alguma confusão.

A proposta que apresentei, que ficou clara, é para que possamos começar o trabalho e cada um saber quais as suas funções e responsabilidades neste interregno, isto não significa que demos já por devidamente tratado na sua totalidade o documento do cronograma revisado 2, porque há duas coisas sobre as que queremos depois falar, mas como consideramos que não devemos retrasar o trabalho por outros temas que podem ter uma ulterior definição, é que lançamos a proposta. Em definitiva, Presidenta, para nós o revisado 2 ainda está em análise, e temos colocado em funcionamento a maquinaria de trabalho. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixador. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Scappini Ricciardi). Obrigado, Presidenta. Brevemente, no queria ir embora desta reunião sem agradecer à Representação do Chile e dar os parabéns pela sua apresentação, porque realmente é a demonstração de um trabalho eficiente que veio fazendo durante todo o ano passado na coordenação do Grupo de Trabalho que dirige.

A esse respeito, gostaria de precisar o tema metodológico simplesmente porque no Grupo de Trabalho consideramos conveniente a metodologia manifestada pelo Coordenador, portanto, vamos embora daqui com a metodologia aprovada. Refiro-me ao tema dos foros virtuais, mas como não entendi que seja explicitado que estamos todos de acordo com a metodologia, simplesmente isso, para que quando formos ao Grupo tenhamos claro e comecemos desde o primeiro dia, apenas isso. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação do Paraguai. Creio que sim, considero que estamos todos de acordo, tanto de ter como horizonte o cronograma e a metodologia proposta pelo nosso Coordenador, com as indicações do Embaixador do Equador e do Embaixador da Bolívia.

Creio que sim. Também, este cronograma continua sendo um cronograma de referência e que nos trabalhos que se façam em Alternos e nos Grupos pode haver modificações, mas é a referência.

Portanto, saímos daqui com este cronograma como referência, com uma metodologia e comecemos a trabalhar quanto antes e votaremos ao Comitê, quando necessitemos apoiar algum assunto. Obrigada.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhora Presidenta. Nós simplesmente gostaríamos de aderir aos parabéns à Representação do Chile. Por outro lado, consideramos que este é um cronograma preliminar, como indicado em seu título e aqui há um aspecto em que todos estamos de acordo, que é coluna dos objetivos, que não podemos modificar, porque os objetivos justamente são as recomendações que emanam do relatório da reunião de Alto Nível. Por outro lado, consideramos que os prazos, que são indicativos, emanam do mesmo relatório da reunião de alto nível referente aos 90 ou 120 dias nos quais o alto nível acordou que se reuniriam novamente. Portanto, com o que atualmente temos e com as manifestações do Comitê nesta data, consideramos que podemos começar a trabalhar e que temos uma meta e um prazo, este último com a flexibilidade requerida pelos trabalhos conforme a fluência que em cada Grupo sejam tratados os temas designados. Muito obrigada.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação do México. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta.

Para indicar dois aspectos formais ou ordenadores, Presidenta. Aprovamos a metodologia assinalada e apresentada aqui, indicando que essa é a metodologia que adotará o Grupo de Normas e Disciplinas porque é uma forma de trabalho que se

adequa perfeitamente aos temas que têm que tratar, mas não é a metodologia, por exemplo, que será aceita no Grupo de Alternos para tratar acesso a mercados ou outros temas. Portanto, fica claro que essa metodologia está aprovada para um Grupo, não necessariamente aplicável a todos os demais Grupos.

Em segundo lugar, Presidenta, quanto ao tema do cronograma revisado 2, não temos grandes divergências mas temos algumas coisas que queremos pontualizar, por isso, dizia, tratá-lo na próxima reunião. Por exemplo, a proposta do MERCOSUL assinala que terminada a tarefa dos Grupos de Trabalho, analisar-se-á se é conveniente ou não convocar as reuniões de Especialistas, porque talvez não seja necessário ou não seja conveniente. Porém, no revisado 2, em todos os casos aparece como imperativo que será convocada uma reunião do Grupo de Especialistas, então, o meu objetivo é, antecipadamente, sem levar em conta os resultados dos Grupos de Trabalho ou comprometer-nos, embora seja um documento informal, orientador, etc, convocar os Grupos de Especialistas, se depois por alguma razão chegamos à conclusão de que não é conveniente, aparecemos como contradizendo-nos, por isso algumas coisas, insisto, sobre o revisado 2, que estavam manifestadas no documento MERCOSUL, que creio que podemos analisá-lo na próxima reunião do Comitê.

Isto já não impede o trabalho, o que não queremos é que fique a confusão de que aprovamos este documento como está com a aprovação da forma de trabalho, com a metodologia, os tempos e os Grupos que devem ser colocados em andamento. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixador. Quero que fique claro que, quanto à metodologia, suponho que é uma ferramenta. Se for uma ferramenta que pode servir aos outros Grupos, verão se esta ferramenta é útil, creio que é bom introduzir a modernidade aqui nos nossos trabalhos e agradecemos muito à Representação do Chile. Então, os Grupos e os Alternos verão se essa metodologia é aplicável.

Quanto à revisão 2 do cronograma, não são imperativos, que fique em atas, não é imperativo, mas é uma impressão desconcertante frasear possibilidades de talvez fazer uma reunião de Especialistas, se faz ou não se faz, o Comitê decide, mas ter nosso horizonte planejado, temos como horizonte um mercado comum há 25 anos e está aí marcado em todos os papéis.

Apenas gostaria que o horizonte fosse claríssimo, este é um documento interno, de trabalho para nós, de referência, se chegamos ao caso de que não se realizará uma Reunião de Especialistas porque não há elementos para realizá-la, não a realizamos, mas efetivamente não vejo grandes diferenças, creio que todos temos a mesma idéia, em tudo necessitamos isto, se houver reuniões, haverá um relatório, se está esse relatório o mesmo dirá se há Grupo de Especialistas ou não, se não houver, tampouco sendo este um documento de trabalho para nós mesmos. Quero dizer que fique claro que não é imperativo.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Considero que nestas reuniões devemos dar um passo na frente, então, hoje trazemos uma proposta.

O Embaixador Olima dizia que havia consenso, que estamos dando *play* aos Grupos de Trabalho, para que assumam as responsabilidades nos temas que cada um tem. Dizíamos que tirávamos de Normas e Disciplinas um pouco de trabalho, já que a Reunião de Alternos assumirá o tema de acesso a mercados, nisso há consenso.

Queríamos discutir algumas coisas e por isso o estávamos pospondo para sairmos com alguma coisa hoje, porque isso que indica o Embaixador Olima está muito bem dito e aprovado por nós e pelos Funcionários de Alto Nível. Eles disseram que era o que tínhamos que fazer com relação às iniciativas ou com as tarefas. Eles disseram exatamente assim: Houve consenso em priorizar os temas indicados a seguir: esses que estão colocados aí, em uma primeira etapa e encomendar ao Comitê de Representantes que adote as medidas que considerar necessárias para seu desenvolvimento, entre as que pode estar a convocatória de Grupos de Especialistas, ou seja, essa é a recomendação, portanto, isso está aprovado. Esse é o espírito da convocatória de Especialistas, não comprometer-nos com algo que os Altos Funcionários nos disseram que o Comitê de Representantes avaliasse.

Nesse sentido foram muito enfáticos, a Reunião de Altos Funcionários, ao fazer essa encomenda ao Comitê, por isso na nossa proposta, na proposta apresentada pelo MERCOSUL estava *ad referendum* do Comitê de Representantes. Não o mandado de convocar o Grupo de Especialistas, mas considerara sua avaliação. Esse é um dos pontos que está e não sei, em todo caso, se ficasse como estamos propondo, não estamos inventando, essa foi a resolução da Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, com relação a esse ponto.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixadora. Creio que isso está considerado porque em todos os casos incorporamos as sugestões que nos enviaram, que “o Comitê à luz dos resultados do Grupo de Trabalho convocará uma reunião”. Isso é muito claro, é à luz dos trabalhos que tenhamos, de modo que está considerado.

Pediria que terminássemos já este ponto se não houver outros comentários.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhora Presidenta. Senhora Presidenta, creio que começamos a consideração deste ponto muito especificamente, do documento revisado 2 com uma intervenção, -se eu lembrar bem,-da Representação de Cuba que assinalava que só ontem tinha recebido, como todos os demais este texto, revisado 2 e se entendi bem não se considerava em condições de pronunciar-se imediatamente sobre isso.

Tivemos troca de opiniões não muito profunda, mas creio que com a sugestão da Argentina tínhamos resolvido o problema na sua essência, na sua substância, que era permitir aos Grupos que comessem a trabalhar o mais cedo possível. Há diferenças de opinião, há detalhes que impedem que o documento seja realmente aprovado, como por exemplo, há seis referências ao mês de maio, que terminou há uma semana, tenho certeza de que não estamos pensando em maio de 2007, teríamos que trocar maio por junho, mas são detalhes. Para a minha Delegação, por exemplo há um tema que consideramos importante, isso que mencionou a Representação da Venezuela, os Altos Funcionários disseram que entre as medidas que adotaria o Comitê poderia estar a convocatória de Grupos.

Não nos opomos, de nenhuma maneira, à ideia de convocar Grupos de Especialistas, desde que necessário. Um caso ou outro, porque aqui há várias instâncias nas que se fala de convocatória de Grupos. Se não for necessário, tenho certeza que não deveria ser convocado.

Então, não criemos a impressão para nós mesmos. Porque o senhor mencionou que não queremos dar a impressão ao mundo de que estamos com uma linguagem muito fraca, mas como o senhor mencionou, isso é um documento interno nosso, não é um documento para divulgação, é para deixar claro em nós que vamos dizer o que queremos dizer, creio que o que está claro é que o Comitê avaliará a conveniência de convocar e se for necessário, sim convocará, se não for necessário, não convocará.

É um assunto que creio que trataríamos em uma próxima reunião, tal vez deixar bem claro o que estamos pensando para que depois nós mesmos não pensemos que decidimos uma coisa que não decidimos. Com essas observações, creio que poderíamos passar diretamente para o ponto seguinte, considerando aprovada a sugestão da Argentina. Creio que teve uma opinião geral unânime e se for necessário, continuaríamos tentando pontualizar algum outro assunto, sempre no entendido que estamos falando de um cronograma preliminar que é um documento indicativo para orientação nossa e que podemos trocá-lo em qualquer momento. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador Pericás por ser construtivo. Quero dizer que se deixou maio porque em realidade, o Grupo de Trabalho começou a trabalhar em maio, simplesmente por isso, mas, pode ser mudado e obviamente este documento é perfectível e o Comitê aprovará antes de tomar qualquer decisão, pelo que nada passará diretamente do Grupo em que se realize alguma medida.

O importante é ter horizonte mais ou menos claro, inclusive para a própria Secretaria-Geral, que tenha previsões, é deixá-lo como horizonte. No entendido, como o senhor dizia, de que é um documento preliminar e que pode ser objeto de modificações. Para dar por terminado este tema, resumiria: que deixamos este documento, este cronograma preliminar com “preliminar” com maiúsculas, com a possibilidade de modificá-lo no entendido de que tudo é à luz das reuniões celebradas nos diferentes Grupos e com a metodologia proposta pelo nosso Coordenador, e nisso, então, eu pediria aos Alternos, à Representante Alterna do México que iniciassem seu trabalho e ao Coordenador do Grupo de Trabalho que iniciasse também suas tarefas imediatamente para que cheguemos a uma boa conclusão.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Gostaria de que ficasse claro o início de todos os Grupos, isso por um lado e por outro, quanto à metodologia, o Grupo de Normas e Disciplinas, esse é o esquema de trabalho, a metodologia de trabalho que assumiu e que hoje nos apresentou e nos enriqueceu mas não é um mandado dessa metodologia para os demais Grupos, e pelas características, da temática há outros mecanismos de trabalho, outras formas de trabalhar nos diferentes Grupos de Trabalho e com relação ao cronograma em seu conjunto.

Creio que ficou claro que este Comitê deve revisar alguns de seus pontos diferentes ao mandado que estamos dando nos Grupos de Trabalho, há uma coisa

que queremos assinalar e então, não se trata de aprovação de todo o conjunto, mas do *play* para que avancemos nos trabalhos dos Grupos de Trabalho para depois discutir algumas coisas como as que indicou o Embaixador Pericás e qualquer outra que o Comitê de Representantes considerar importante.

PRESIDENTA. Sim, Embaixadora. Muito obrigada, desculpe-me, efetivamente pediria a todos os Grupos de Trabalho que reiniciassem seus trabalhos, o de Forças Produtivas, o de Apoio aos PMDERs e o Grupo de Normas e Disciplinas no entendido de que cada Grupo decidirá se a metodologia proposta pelo Chile é conveniente ou não, e no entendido de que, como dizia o meu querido mestre Alfonso García Robles, este é um anteprojeto preliminar, que pode ser corrigido em andamento se for conveniente.

6. Apresentação da Secretaria-Geral dos Estudos sobre salvaguardas e solução de controvérsias realizados no âmbito do projeto de cooperação com o BID.

...Então, passaremos ao ponto seguinte, o ponto 6 é a Apresentação da Secretaria-Geral dos Estudos sobre salvaguardas e solução de controvérsias, realizados no âmbito do projeto de cooperação com o BID e para isto cedo a palavra à Secretaria-Geral para as apresentações correspondentes.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta.

Os trabalhos solicitados aos consultores sobre ambos os temas, tanto sobre solução de controvérsias como sobre salvaguardas, com sua anuência, serão distribuídos nesta sessão, para que as Representações possam ter a oportunidade e o tempo suficiente e necessário para sua consideração. Sem prejuízo disso, se o senhor me permitir, farei uma breve apresentação.

Em primeiro lugar, começarei com solução de controvérsias. O tema de solução de controvérsias está estendido em um trabalho que supera um número de páginas de 100. Tem basicamente um capítulo de apresentação, um capítulo sobre normas vigentes, um capítulo que aborda a análise comparativa dos regimes de solução de controvérsias, um capítulo sobre a alternativa de convergência dos diferentes sistemas, vale dizer, como seria possível articular bases para gerar projetos próprios para a solução de controvérsias em um Espaço de Livre Comércio, pois o Espaço de Livre Comércio é, sem dúvida, um âmbito para dar-lhe atenção em diferentes áreas e em particular, esta é uma delas.

Para concluir, senhora Presidenta, com uma proposta articulada que implica um anteprojeto de acordo para a solução de controvérsias regional para o ELC.

Gostaria de destacar algumas características gerais já que a leitura das Representações dará, certamente, o espaço necessário para a sua análise, no próprio Comitê ou nos Grupos de Trabalho pertinentes.

A idéia central que impulsiona a consultoria sobre este tema é trabalhar sobre a Resolução 59 (XIII), que estabeleceu a necessidade de propiciar a harmonização e incorporação no nível mais conveniente de disciplinas e normas necessárias para o livre comércio, consolidar dessa maneira o ELC, para esse fim deve-se iniciar um processo gradual de compatibilização, harmonização e reconhecimento mútuo, e em definitiva na própria Resolução 59 (XIII) são propostas as bases para alcançar níveis de convergência entre os países-membros da ALADI para elaborar, finalmente, um anteprojeto regional.

É necessária a incorporação de critérios que levem em conta as experiências atuais, cada um dos mecanismos tem previsto, em matéria de comércio, a forma de resolver as controvérsias, há uma clara tendência para a arbitragem, assim o mostra o estudo comparado dos diferentes acordos, o qual naturalmente não implica a exclusão de outras alternativas de nível jurisdicional. Reconhece-se a existência de dois grandes sistemas em matéria de solução de conflitos, um deles de caráter político e diplomático e o outro de caráter jurisdicional. Os espaços acreditados ou designados a cada uma destas duas dimensões é um dos aspectos que também o trabalho do consultor analisa em profundidade.

Outro tema que aparece ali como tema central é o sistema de solução de conflitos e a ordem jurídica do processo de integração. Isto é, todo sistema de solução de controvérsias deve ser aplicado à aplicação e interpretação de uma determinada ordem jurídica, portanto, nesta matéria é evidente que a substância, a matéria-prima de fundo sobre a qual terá que trabalhar qualquer sistema de solução de controvérsias deve ser o ordenamento jurídico – diplomático – institucional que tenha alcançado a Associação.

Existem, naturalmente, nas bases proposições que visam consagrar neste terreno a convergência em um futuro cenário regional. Este trabalho não é simplesmente uma fotografia do que pode ser a realidade presente, mas além disso, há uma perspectiva necessária de acompanhamento ao que seria a evolução previsível, razoável da construção do Espaço de Livre Comércio e as demandas que o mesmo deverá ter na solução de conflitos.

Evidentemente, o estudo não pretende marcar um caminho, um percurso preestabelecido conforme a vontade política dos países associados, mas abrir as diferentes alternativas possíveis de um ponto de vista de vontade técnica para ver em que momento seria conjugada essa vontade técnica com uma vontade política decidida a consagrá-lo.

Gostaria, também, finalmente, neste ponto, de assinalar que é evidente que a região conta atualmente com uma espécie de universo de soluções em matéria de controvérsias, e provavelmente um dos esforços mais indicados em ordem a este tema seja encontrar alguns guias, algumas linhas diretrizes que permitam ter maior certeza.

Temos soluções claramente jurisdicionais na Comunidade Andina, temos soluções de caráter misto no MERCOSUL, com o Protocolo de Olivos, onde há uma instância de negociação diplomática e uma instância arbitral posterior que pode ser única no caso de que as partes assim o acordem ou que pode ser inicial se as partes optarem pelo mecanismo ad-hoc e depois o Tribunal Arbitral de Revisão. Há uma série de nuances e de diferenças entre todos os sistemas que obrigam necessariamente a encontrar algumas fórmulas que possam constituir uma linguagem aproximada, se não alinhado totalmente, mas sim uma linguagem compatível, trata-se, então, de que pela via de uma função jurisdicional típica, clássica ou pela via de uma função jurisdicional arbitral, seja resolvido por árbitros ou juizes independentes, esse é um conceito absolutamente fundamental, que naturaliza este sistema como um sistema não político diplomático, mas jurisdicional, árbitros independentes que respondam ao critério técnico de solução da controvérsia.

Não gostaria de continuar falando, mas poderia fazê-lo, mas naturalmente não quero abusar do tempo outorgado, e passaria imediatamente, com sua anuência,

senhora Presidenta ao tema vinculado com salvaguardas, onde também está sendo apresentado um documento para o conhecimento e consideração do Comitê ou do Grupo de Trabalho, conforme seja resolvido.

Este documento estabelece, basicamente, como base de trabalho, também a Resolução 59 (XIII), já que esta Resolução propicia a harmonização e incorporação das normas e disciplinas para o livre comércio, mencionando, entre outras, especificamente as salvaguardas, bem como outras matérias que complementam e potencializam o ELC. Depois da Resolução 59 (XIII) foi criado o Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas como órgão assessor do Comitê de Representantes da ALADI.

Esse Grupo encarrega-se de identificar e propor ao Comitê de Representantes modalidades que permitam, mediante um processo gradual de compatibilização, harmonização ou reconhecimento, a adoção de normas e disciplinas comuns, o compromisso assumido pelos países-membros da ALADI de alcançar níveis de convergência em matéria de cláusulas de salvaguardas orientadas a uma harmonização regional, constitui, indubitavelmente um objetivo para facilitar a conformação do ELC.

A análise das recomendações que este documento formula e que toma antecedentes da própria Secretaria-Geral, em trabalhos anteriores que, segundo o consultor, são válidos como antecedentes, mostra que para ser de utilidade não se pode ignorar, mas deve se ter muito presente, como pano de fundo a avaliação objetiva da situação, a problemática e perspectiva dos diversos acordos que conformam na atualidade o processo de integração. Não se trata, portanto, de uma análise teórica do tema, mas de uma análise aplicada à realidade do comércio internacional.

No capítulo segundo se faz uma análise comparativa dos elementos contidos nos diferentes regimes de salvaguarda, no terceiro capítulo apresenta-se as alternativas de convergência das normas e regimes de salvaguarda e finalmente, no quarto capítulo apresenta-se um anteprojeto de acordo para a aplicação de cláusula de salvaguardas, uma proposta que, naturalmente, como o anterior não compromete a posição oficial da Secretaria-Geral em qualquer um desses temas, a posição técnica que pudesse haver no âmbito da Secretaria-Geral, mas pretende simplesmente estabelecer uma base de análise para os países-membros da ALADI, com o superior propósito de alcançar a harmonização das diferentes normas e regimes de salvaguardas aplicáveis. O anteprojeto é, portanto, apenas uma contribuição para a discussão dos países-membros da ALADI.

Finalmente, senhora Presidenta, concluo fazendo algumas pontualizações finais. Em primeiro lugar, os consultores manifestaram a sua disposição para continuar cooperando com a ALADI, com a Secretaria-Geral particularmente nos Grupos de Trabalho, onde este tema deverá ter, certamente, um importante desenvolvimento futuro significativo.

Em segundo lugar, gostaria, ainda, de manifestar que, um dos temas que tinha sido motivo de especial preocupação para as Representações era o tema da origem, tínhamos falado com a Presidenta há alguns dias quanto ao trabalho que está sendo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em uma publicação que o Banco está elaborando e nos ofereceu no dia 15 acreditar aqui um de seus técnicos, o técnico especializado nesta matéria para fazer uma apresentação no nível que o

Comitê resolver, mas, definitivamente, é parte da assistência técnica que a ALADI concertou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Portanto, permito-me, respeitosamente chamar a atenção deste Comitê sobre a conveniência e oportunidade de estabelecer uma resposta inequívoca a este oferecimento do Banco de continuar colaborando com a ALADI, particularmente, nesta ocasião no tema da origem.

Era tudo o que poderia dizer neste momento, sem prejuízo de destacar que se trata de documentos, segundo a Secretaria, com um grau de profundidade e de desenvolvimento que merecem uma atenção indicada e que esperamos que esses trabalhos possam contribuir para esta construção incremental do Espaço de Livre Comércio.

É tudo o que poderia dizer por enquanto, senhora Presidenta. Obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada, senhor Secretário-Geral por esta apresentação, são contribuições muito importantes que temos agora sobre solução de controvérsias e salvaguardas que os países-membros terão oportunidade de analisar, já foram distribuídas, pelo que poderão fazer as observações pertinentes no âmbito do Grupo correspondente.

Quanto ao que disse o nosso Secretário-Geral, que no dia 15 o BID poderia fazer uma proposta sobre o tema, creio que é uma oferta muito interessante e se nenhuma Representação se opor poderemos fazê-lo.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, para agradecer à Secretaria a apresentação que fez, obviamente, leremos os documentos com muita atenção, há delineamentos que parecem interessantes, mas gostaria de referir-me especificamente ao tema do oferecimento do BID que também parece de muita importância.

Creio Presidenta, que para que isto tenha a maior eficácia possível, este tipo de tarefas, mais do que fazê-lo na formalidade de um Comitê, creio que seria mais útil fazê-lo em uma espécie de reunião de Grupo de Trabalho. Temos especialistas todos que trabalham sobre o tema origem que deveriam ser os que participem, mas não apenas como uma palestra, mas que fosse um intercâmbio, onde fazer perguntas, etc. Creio que isso seria muito mais útil do que uma reunião simplesmente de exposição no Comitê. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Também para agradecer ao Secretário-Geral pela apresentação desses dois documentos que temos certeza que serão uma contribuição importante para as nossas deliberações sobre o desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio na ALADI.

Sobre os documentos não podemos opinar porque acabamos de tomar conhecimento, mas gostaria de pedir à Secretaria que, como tem sido a prática, que esses documentos, como são versões preliminares de estudos, fossem considerados documentos reservados para uso das Representações, porque sempre temos

trabalhado nesta base, então, depois quando o documento tenha sido analisado devidamente no Grupo e no Comitê, então faríamos a divulgação geral. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. Creio que sim, assim é como o têm considerado, é uma versão preliminar o que está sendo distribuído. É muito útil também o comentário do Embaixador da Argentina, que seja um diálogo em lugar de uma apresentação e dentro do âmbito do Grupo de Trabalho. Creio que isso é bom e pediríamos, então, à Secretaria-Geral que fizesse o pertinente para que isto seja realizado.

Dou por encerrado o ponto 6.

7. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:

...Depois disto, então, passarei ao seguinte ponto da agenda que é o ponto 7, o relatório do Coordenador dos Grupos de Trabalho sobre Sistemas de Informação e Estatísticas e sobre Financiamento do Comércio.

- Sistemas de Informação e Estatísticas; e

...Tem a palavra a Representação de Cuba, primeiro o Coordenador destes Grupos.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, reiteramos o nosso agradecimento ao apoio recebido da Secretaria-Geral nos trabalhos preparatórios deste Grupo. Em segundo lugar, a consideração da Presidência por termos permitido introduzir no nosso relatório nesta reunião.

Tentarei ser breve porque o relatório do Coordenador já foi distribuído com anterioridade, com tempo suficiente e também foi recebida nas Representações uma memória substancial da Secretaria com muitos detalhes do que resumiremos.

Dia 17 de maio em correspondência com os mandados recebidos do Conselho de Ministros e do Comitê de Representantes, foi instalado o Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação e Estatísticas. Não darei opinião sobre a importância deste Grupo, tem unos mandados muito claros e consideramos que este é um dos temas que mobiliza e permite visualizar e difundir o trabalho da Associação e, em particular, a Secretaria-Geral, tem temas muito concretos de muita importância para o estudo de diferentes setores da sociedade sobre a integração para os negociadores comerciais, para os setores empresariais nas suas negociações e em geral tem muita importância nesses temas por ser o apoio, a linha que pode sustentar praticamente todos os trabalhos que estamos realizando em função do Espaço de Livre Comércio, considerando que são sistemas de informação e estatísticas.

O Grupo propôs uma metodologia que tenta ser o mais flexível possível em matéria de reuniões, precisamente, levando em conta as prioridades que atualmente tem este Comitê e têm os outros Grupos de Trabalho.

No começo, foi proposto reunir-nos pelo menos uma vez por mês e quando necessário reunir-nos eventualmente com mais freqüência, mas para atender assuntos prioritários da Secretaria-Geral ou que sejam encarregados pelo Comitê.

O plano de trabalho é o mesmo que está previsto no Programa de Atividades da Associação para o presente ano.

Na reunião recebeu-se, afortunadamente, uma pesquisa da Secretaria sobre a situação desses temas, porém, foi considerado necessário e estamos prontos para receber uma atualização dos termos de referência apresentados no ano passado sobre esses temas para discutir e analisar no Grupo, quais os apoios e os caminhos que devem ter os temas e as atividades muito concretamente relacionadas com os sistemas de informação e estatísticas.

A Secretaria apresentou vários avanços em matéria de modernização tecnológica e tudo em função dos sistemas de informação e estatísticas, bem como a criação de um Grupo de gestão interna, que já está fazendo uma enquete dentro da Secretaria para ver como está funcionando, digamos, muito particular, a página *web* e neste caso a importância de informar esta enquete é relevante porque ao informarmos ao Comitê e que já está sendo distribuída uma enquete às Representações sobre o funcionamento da página *web*, estaríamos dando à Secretaria o mandado para que continue nestes trabalhos importantes para a modernização da página *web*, como o foco central em matéria de difusão das atividades desta instituição.

Na reunião foram tratados outros aspectos que têm a ver com as possibilidades de ativar o boletim eletrônico *aladi.org* que está dentro do site *web*, que o Comitê deveria precisar em que âmbito se fará a análise de como reativar e modernizar esse site.

Digamos, tem muita relação com os aspectos institucionais, como não existe um Grupo de Trabalho de Assuntos Institucionais, talvez o tema possa ser tratado, ou no próprio Grupo de Sistemas de Informação ou se o Comitê toma outra determinação seja considerado neste Grupo, por não existir, é provável que ao estar vinculado com os temas de informação possa ser considerado neste mesmo Grupo.

Por outro lado, também foi tratado o tema da possibilidade de trasladar -uma sugestão do grupo de gestão- o módulo "seu guia para exportar" para o portal empresarial. O Grupo considerou que, embora os conceitos que estão hoje estejam desatualizados, era muito importante manter esses conceitos mas sim trabalhar em sua atualização para que as pequenas e médias empresas continuem tendo essas pequenas formas de operar em matéria de como exportar e uma sugestão da Representação da Argentina de considerar este tema do módulo "seu guia para exportar", dentro do Grupo de Participação das Forças Produtivas. Houve consenso no Grupo com relação a isto e é outro aspecto que queremos apresentar ao Comitê para que possa ser canalizado e discutido neste âmbito de trabalho. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada ao Representante Alternativo de Cuba pelo seu completo relatório. Ele apresentou uma sugestão, eu coloco à consideração este relatório se houver algum comentário.

Solicita a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. Apenas para duas reflexões adicionais e que, de alguma forma, corroboram e complementam o que acaba de manifestar o senhor Representante de Cuba.

Primeiro, o quadro no qual está o tema? Ele disse, há aspectos que podem ultrapassar a matéria específica do Grupo e aí nos adverte sobre a inexistência de um Grupo institucional, especificamente aspectos institucionais.

Segundo a modesta estimativa da Secretaria-Geral e considerando a evolução da região e dos múltiplos e variáveis cenários que surgem chamo a atenção do Comitê, com todo o respeito, sobre a necessidade de pensar esse tema e talvez em algum momento dar a resposta que mereça. Pessoalmente cremos e aqui é uma opinião do Secretário-Geral, tão válida como a de qualquer outro cidadão comum, neste ponto, é a de que efetivamente a ALADI deveria ter um Grupo, eu diria, central em muitos aspectos que é o Grupo institucional.

A segunda reflexão está relacionada com o tema de nossa informação de página web, eu participei, convidado pelo Embaixador Olima e pelo seu pessoal e o pessoal técnico que o assiste, de uma apresentação muito interessante e sugestiva, que é como do Grupo de Forças Produtivas, levando em conta que talvez os problemas de oferta e os problemas de colocação no mercado e os problemas de financiamento são temas que constituem um limite muito rigoroso, muito duro e difícil; e muitas vezes impossível de superar para as pequenas e médias empresas, esta informação colocada nesse portal vai precisamente nessa direção e em poucos dias esse portal estará. Estamos fazendo os trâmites para patentá-lo, porque a ALADI é titular desse bem jurídico e deve tutelá-lo.

Portanto, creio que teremos que fazer algum tipo de coordenação ou de atualização dos trabalhos de ambos os Grupos, e nesse sentido, simplesmente, sugiro a conveniência de algum tipo de coordenação interna entre ambos os Grupos, é só isso e naturalmente não quero me apropriar de um tema do Embaixador Olima, porque ele trabalhou com particular entusiasmo no tema de Forças Produtivas.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixador.

Não sei se há algum outro comentário. Se não houver, creio que os Coordenadores dos dois Grupos tomaram nota sobre esta proposta do Secretário-Geral e parece, também, que falta uma reflexão no Grupo de Sistemas de Informação e Estatísticas sobre a proposta do Representante de Cuba e deveríamos também definir de que forma, em que momento apresenta-se aqui para a consideração.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Deveríamos revisar o mandado do Grupo de Assuntos Jurídicos, mas creio que esse Grupo é de Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais.

Creio que seu mandado alcança os temas institucionais, porque lembro que em anos anteriores atendia esses temas, lembro o caso dos bustos dos próceres, que foi resolvido definitivamente nesse Grupo e creio que sim, que o mandado o alcança, ou seja, não é que não o tenhamos, mas é um tema que está compartilhado, que está inserto dentro de Assuntos Jurídicos. Creio que aí resolvemos o âmbito onde ventilar este tema e, de fato, já reativamos no Comitê que existe um âmbito para os Assuntos Institucionais. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Creio que talvez poderíamos deixar isto para ver bem como estão propostos os Grupos, os alcances que têm, se são Grupos que não abrangem seus

mandados corretamente e podemos avaliar à luz do estudo que faça a Secretaria sobre isso. Muito obrigada.

Tem a palavra o Embaixador Gonzalo Rodríguez para que nos informe sobre seu Grupo de Trabalho de Financiamento do Comércio.

- Financiamento do Comércio.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Muito obrigado, Presidenta.

Contamos no Grupo de Trabalho com a valiosa colaboração da Secretaria, o mesmo que mencionou o Representante de Cuba.

O relatório é breve, apenas queríamos comunicar que começamos os trabalhos, tivemos uma primeira reunião do Grupo de Trabalho de Financiamento do Comércio em 26 de maio, com uma Ordem do Dia de dois pontos, o primeiro deles era o relatório das missões da Secretaria-Geral, onde a Secretaria apresentou um resumo das missões de serviço realizadas pelo Departamento de Promoção do Comércio e Desenvolvimento da Concorrência, que eram um seminário sobre Financiamento para o empreendimento e crescimento das pequenas e médias empresas realizado em Brasília e a 39ª Reunião do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários realizada em Lima.

Em segundo lugar, consideramos os pontos da execução do Programa de Atividades do ano 2006, nesse sentido, depois de considerar as atividades alcançamos os seguintes consensos. Realizar-se-á um estudo que é as bases de um sistema regional de garantias comerciais, que como os senhores sabem é um ponto bastante delicado, que tem estado envolvido no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e que causou alguns dos problemas que houve.

Então, estava a idéia de fazer um estudo para ver de que forma é possível começar a elaborar as bases de um sistema regional e para isso, a Secretaria-Geral prepararia novos termos de referência que levem em conta os resultados da reunião de Alto Nível realizada em 4 e 5 de maio e os trabalhos do BID e da CAF que estão realizando sobre os sistemas de garantias nacionais, em vários dos países da ALADI.

Neste tema, um segundo ponto era uma possível reunião do Conselho Assessor para Financiamento das Exportações, o CASFE, no qual o Grupo decidiu avançar por dois caminhos diferentes, com base em um aide-mémoire apresentado pela Secretaria-Geral, a discussão levou a que fosse acordado, por um lado que a Secretaria preparasse um documento de reformulação do Comitê, da Comissão que conforma em uma primeira instância os delineamentos assinalados sobre a sua constituição e seu funcionamento, que abrangerá a temática das compras intra-regionais e das exportações extra-regionais.

Ao mesmo tempo que levasse em conta em uma segunda etapa analisar uma possível agenda para a reunião do Grupo, caso tenha intenção de que se reúna. Paralelamente, foi comentada à Secretaria a apresentação de elementos de juízo que permitam avaliar a convocação de uma reunião de Especialistas prévia à reunião do CASFE.

Como aconteceu ou como foi proposto pelo Representante de Cuba, aqui emanaram algumas relações com algum outro Grupo de Trabalho, como um dos pontos centrais de interesse do Grupo de Trabalho de Financiamento do Comércio são as PME's, encontramos que havia pontos de contato com o Grupo de Trabalho de Participação das Forças Produtivas, então, nesse sentido, houve um consenso muito generalizado para que entrássemos em contato com esse Grupo para ver possíveis convergências nas ações e que não houvesse duplicação do trabalho, e pelo contrário, uma conjunção de esforços para um melhor resultado.

Considerávamos que este Grupo de Trabalho que estava começando a reunir-se necessariamente terá que encarar uma responsabilidade bastante forte porque devido a um de seus focos de interesse, o financiamento do comércio e o financiamento das exportações e das PME's para a exportação cumpre uma função de integração produtiva, de desenvolvimento das forças produtivas e das potencialidades e de atendimento de um grupo que está relativamente relegado nos atendimentos de financiamento das instituições privadas e que contribui com grande parte do emprego em todos os nossos países.

Então, esperamos que os nossos trabalhos futuros nos permitam realmente fazer uma contribuição forte nestes termos às atividades nas que a ALADI está comprometida quanto a apoio à integração regional. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador Rodríguez Gigena. Não sei se há algum comentário sobre seu relatório? Não havendo comentários, passarei ao último tema da nossa agenda que é Assuntos diversos.

8. Assuntos diversos

...Pergunto se alguém quer fazer uso da palavra.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Leonardo Carrión Eguiguren). Obrigado, Presidenta.

Neste ponto, por instruções do meu Governo, gostaria de dar uma breve explicação no âmbito do Comitê dos assuntos ao redor da decisão do Governo equatoriano de declarar a caducidade do contrato de *Occidental Petroleum Corporation*, tema sobre o qual apareceram muitas informações na imprensa e que por alguns interesses criados, foi distorcida a notícia.

No Equador, a *Occidental* assinou um contrato com o Equador em 1999, para o desenvolvimento do "Bloque Quince" (Bloco Quinze), na Amazônia equatoriana com PetroEcuador. No contrato foram estabelecidas claramente quais as cláusulas específicas para declarar sua caducidade em caso de violação contratual. Esse contrato estava baseado na lei de hidrocarbonetos do Equador.

No ano 2002, a *Occidental Petroleum Corporation*, violando expressamente o estabelecido no contrato assinado por ela com PetroEcuador, vendeu 40% de suas ações a uma empresa canadense, a qual as revendeu imediatamente a uma terceira empresa. Isso estava especificamente proibido pelo contrato que estabelecia que para qualquer cessão de ações, devia ter a prévia autorização do Governo

equatoriano e no contrato consta que essa violação tinha como causa a caducidade do contrato.

No ano 2004, o Governo equatoriano iniciou o processo judicial no qual deu-se à *Occidental* todas as garantias de defesa que estabelece a lei equatoriana.

No ano 2006, o Equador, depois de comprovar, especificamente, que a violação se efetuou e com base no contrato assinado por *Occidental* e pela companhia PetroEcuador conforme o Estado Equatoriano foi declarada a caducidade do contrato, que estabelece a reversão imediata da concessão ao Governo Equatoriano.

Neste caso não houve confiscação, nacionalização, expropriação, simplesmente houve a violação por uma empresa internacional de leis expressas e contratos expressos no Equador e a decisão do Governo equatoriano de aplicar sua legislação. Isso é tudo, senhora Presidenta. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador do Equador.

Alguma outra Representação gostaria de fazer uso da palavra? Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta.

Muito brevemente, distribuimos mediante a Secretaria-Geral, na sessão de hoje um documento vinculado com o Programa Nacional de Normalização de Documentação Migratória na República Argentina, denominado "Patria Grande" que visa regularizar a situação de todos os imigrantes que ingressaram à Argentina, em qualquer situação, dos países do MERCOSUL e seus Associados.

Creemos que isto tem uma multiplicidade de efeitos positivos para a gente que estava ilegal no país, e estamos fazendo a mais ampla difusão possível deste programa. Ali, inclusive, estabelecem-se modos de conexão para que aqueles que tenham alguma questão que resolver sobre este tema o possam fazer. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada Embaixador, pela apresentação deste importante Programa da Argentina.

Alguém gostaria de fazer uso da palavra? Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidenta.

Se pela extensão da reunião, o senhor desejar finalizá-la neste momento, eu devia informar em Assuntos diversos sobre as diferentes missões no exterior que cumpri no período ao que farei referência, de uma maneira muito sintética.

De 8 a 10 de maio de 2006 participei como membro do Conselho da UNIDROIT na 85ª sessão do Conselho de Direção e no dia 10 de maio assinei um Acordo de Cooperação com UNIDROIT, representado o Instituto pelo seu Secretário-Geral, o Doutor Herbert Kronke e seu Presidente.

Nos dias 11 - 12 de maio participei como convidado especial da Presidência na Quarta Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Européia – América

Latina e o Caribe; estando presente de manhã e à tarde nas sessões destinadas aos módulos que foi dividida a tarefa, particularmente em aqueles onde tinha participação gravitante de países-membros da ALADI.

De 13 a 20 de maio participei como membro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, na primeira parte do 58º período de sessões, particularmente no tema de águas subterrâneas transfronteiriças, o tema aquíferos, em que fiz uma apresentação um pouco extensa, que se os senhores membros do Comitê tiverem interesse, distribuiria oportunamente, simplesmente para conhecimento, sem que tenha o caráter de um documento oficial da Secretaria, mas apenas uma contribuição de natureza pessoal.

Na mesma estada em Genebra, tive duas reuniões no dia 15 de maio. Uma reunião de trabalho com o Secretário-Geral da UNCTAD, doutor Supachai Panitchpakdi, oportunidade na qual foi assinado um anexo ao memorando de entendimento já existente e anterior à nossa gestão entre as Secretarias da UNCTAD e da ALADI, este tema tinha sido propiciado por ambas as Secretarias e, em particular, no âmbito da Secretaria-Geral da ALADI pelo nosso Subsecretário, o Licenciado José Rivera, unido por vínculos muito estreitos com a UNCTAD.

Nessa ocasião também tivemos uma reunião de trabalho com o GRULAC, na sede da UNCTAD, onde apresentamos o programa e plano de trabalho da ALADI e fundamentalmente, os últimos desenvolvimentos, a partir da reunião de Altos Funcionários de Integração, pelo que a Secretaria traduziu para o inglês o documento no entendido de que essa contribuição, quanto ao conhecimento deste Grupo e particularmente da própria UNCTAD em seu conjunto era procedente.

Dia terça-feira 16 de maio tive uma reunião de trabalho, um pouco extensa com o I Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, a quem informei a situação dos trabalhos nos diferentes Grupos de Trabalho, e também naturalmente assinalei ali os alcances da reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração.

Coloquei especial atenção no tema Normas e Disciplinas no entendido de um encontro anterior na CEPAL, dois meses atrás, no qual a ALADI aparecia trabalhando em um tema que pode ter ou pode constituir uma contribuição importante para a regulação internacional do comércio, o que do ponto de vista da OMC é vista com interesse, principalmente à luz da presunção de que a Reunião de Doha poderia não chegar, no final do dia, a satisfazer plenamente as expectativas dos membros da OMC.

Naturalmente, Presidenta, sou consciente do tempo e a senhora viu que rapidamente apresentei este relatório, sem prejuízo do qual os anexos foram entregues às Representações, está no conhecimento de cada uma delas.

Uma contribuição final, quando estava escutando o relatório do Representante do Uruguai no tema de financiamento, lembrei imediatamente que a UNIDROIT está trabalhando intensamente no tema de garantias mobiliárias para o financiamento, abrangendo o tema de *leasing* em particular e há outros temas que a UNIDROIT desenvolve, também com alto nível técnico, que estão vinculados à ALADI, um deles é o transporte multimodal, do qual também em algum momento está organização tera que encarregar-se.

Era o que queria dizer por enquanto. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Secretário-Geral pelo seu completo e breve relatório.

Não sei se alguma outra Representação deseja tomar a palavra? Continuamos no tema de Assunto diversos.

Se não for o caso, então, dou por terminada esta reunião e nos reuniremos quando tenhamos elementos um pouco mais sólidos dos diferentes grupos que começarão a funcionar. Muito obrigada.
